

POR QUE FALAR DE INTEGRIDADE?	1
VOCÊ SABE O QUE É UMA UGI ?	1
O QUE É UM PROGRAMA DE INTEGRIDADE ?	1
ASSINATURA DE NORMATIVOS DE GESTÃO DA INTEGRIDADE NA UFMA	2
44ª REUNIÃO DA REDE GIRC	3
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DGI	4
ÚLTIMAS AÇÕES DA DGI	5
1º DEBATE SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO	6
EVENTO “ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO”	7



Boletim de Integridade

POR QUE FALAR DE INTEGRIDADE?

Para atender à necessidade de viabilizar o acesso à informação e promover maior visibilidade ao tema **INTEGRIDADE** e a todo o universo em torno dele. O Boletim é editado e criado pela DGI que, como Unidade de Gestão da Integridade na UFMA, é responsável por monitorar o Programa de Integridade.

VOCÊ SABE O QUE É UMA UGI ?

É a unidade setorial do Sitai (Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal) dotada de autonomia e de recursos materiais e humanos responsável pelo acompanhamento, monitoramento e gestão das ações e medidas de integridade a serem implementadas, com vistas à estruturação do Programa de Integridade.

A **Divisão de Gestão da Integridade (DGI)** é a UGI da UFMA e suas competências e principais regulações estão elencadas na Portaria CGU 57/2019 e no Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, e incluem principalmente ações relacionadas ao Programa de Integridade.

PRINCIPAIS AÇÕES DE INTEGRIDADE DA UFMA

EDIÇÃO 4 DE 2023

O QUE É UM PROGRAMA DE INTEGRIDADE ?

O **Programa de Integridade**, conforme o Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, é o conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional.



ASSINATURA DE NORMATIVOS DE GESTÃO DA INTEGRIDADE NA UFMA

Em 2 de outubro de 2023 foram assinados pelo reitor Natalino Salgado quatro novas portarias e uma resolução do Consad, que atendem a órgãos de controle externo, como a Controladoria Geral da União (CGU), e resguardam a integridade administrativa da Universidade. Trata-se do Plano de Gestão de Riscos, da norma de tratamento de conflitos de interesses, prevenção e combate ao nepotismo, e a que trata do fluxo de tratamento de denúncias e a do sistema único de emissão e gestão de normas institucionais.

“Acabamos de assinar uma resolução e quatro portarias que atendem várias dimensões de processos de transparência e modernização da nossa Universidade. Nós temos um grupo de trabalho permanente na pró-reitoria de Planejamento, Gestão e Transparência acompanhando a demanda dos órgãos de controle para que a nossa Universidade mantenha um grau completo de transparência em todos os seus processos de decisões.”, pontuou o reitor referindo-se à DGI. O chefe da divisão, Paulo Abreu, ressaltou ainda que estas normas vieram sanar um déficit nos controles internos da instituição, que agora passa a atender aos anseios da Controladoria Geral da União e resguardam a integridade da UFMA.

A matéria completa publicada no portal da universidade pode ser acessada clicando [aqui](#).

- ✓ O Plano de Gestão de Riscos visa o cumprimento da Política de Gestão de Riscos, instituída pela Resolução nº 264-CONSAD, de 14 de dezembro de 2021. Institui a metodologia que fundamenta o gerenciamento de riscos da UFMA e estabelece a estratégia de gerenciamento de riscos institucionais, tomando, como ponto de partida, na 1ª etapa, os macroprocessos gerenciais e de suporte, e, na 2ª etapa, os macroprocessos finalísticos.
- ✓ A portaria sobre o fluxo de tratamento de denúncias visa ao cumprimento de exigências da CGU, quanto ao atendimento aos ditames da Portaria CGU nº 57, de 4 de janeiro de 2019. A norma traz uma regulamentação específica para o trato de manifestações de denúncia pelo canal de transparência passiva da UFMA, por meio da Plataforma Fala.Br e Ouvidoria.
- ✓ A normativa sobre a prevenção e combate ao nepotismo visa ao cumprimento de exigências da CGU no que se refere ao estabelecimento de controles internos, em norma, que regulamente procedimentos e fluxos para prevenção e combate ao nepotismo no âmbito da UFMA. Essa norma é a primeira a tratar completamente a matéria na UFMA, contemplando as situações vedadas, as exceções, os procedimentos de prevenção e medidas de remediação e combate ao nepotismo. A norma traz ainda, em específico, procedimentos de prevenção ao nepotismo na seleção de membros de bancas examinadoras e comissões julgadoras, estabelecendo limites e critérios objetivos.
- ✓ A nova portaria que trata sobre o conflito de interesses visa atualizar a regulamentação dos procedimentos institucionais para a prevenção e resolução de situações de conflitos de interesses no âmbito da UFMA, anteriormente regidos pela Portaria GR nº 536/2021-MR, de 17 de setembro de 2021.
- ✓ A instituição do Sistema Único de Emissão e Gestão de Normas Institucionais trará a uniformização e padronização dos procedimentos de elaboração, revisão, catalogação, publicação, divulgação e consulta de normas internas da UFMA. Essa norma surge da necessidade de elevar a efetividade da legislação federal sobre esse tema na UFMA.

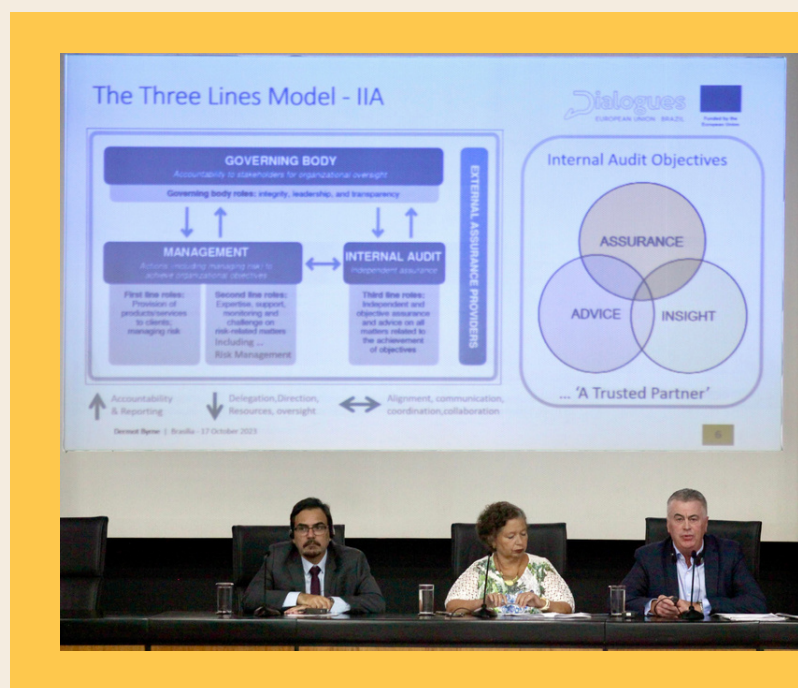
44ª REUNIÃO DA REDE GIRC

A Rede GIRC foi criada com o objetivo de promover e adotar medidas coordenadas de sistematização de práticas relacionadas à governança, integridade, gestão de riscos e controles internos. Atualmente, a rede é composta por cerca de 100 instituições da Administração Pública Federal direta e indireta.

O primeiro painel, com o tema “Governança Pública e os desafios de equilibrar capacidades estatais heterogêneas” foi apresentado pelo Professor Associado de Gestão Pública da Escola Hertie de Governança de Berlim (Alemanha), Salvador Parrado Díez, e o diretor de Altos Estudos da Enap, Alexandre Gomide. Nesse painel foi debatido sobre a capacidade de entrega do Estado em matéria de políticas públicas. A moderação do painel foi realizada pela chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Cultura, Ana Vitoria Piaggio Albuquerque.

A Rede GIRC (Governança, Integridade, Riscos e Controle), formada por órgãos, entidades e instituições do Poder Público, promoveu em Brasília no dia 17 de outubro, às 9h, o evento “Diálogos internacionais sobre governança, riscos e controle”.

Foi o 44º encontro da Rede, sendo realizado em parceria com o projeto “Diálogos Setoriais”, instrumento de cooperação entre a União Europeia e o Brasil, com a participação de painelistas europeus e brasileiros.



Com o tema “Gestão de riscos e controles internos: qual a utilidade para organizações e políticas públicas?” O segundo painel contou com a participação do Especialista em Governança e Auditoria no Departamento de Despesas Públicas e Reforma da Irlanda, Dermot Byrne, e do Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte, Leonardo Ferraz. Nesse painel, foi abordado sobre uma reflexão das linhas de defesa da gestão de riscos e a implementação do IA-CM. A moderação ficou a cargo da chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento e Orçamento, Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira.



RELATÓRIO DE AÇÕES DA DGI DE 2020 A SET/2023

Em atendimento à solicitação das instâncias superiores, foi elaborado o Relatório de Atividades da DGI, que contemplou as ações realizadas pela subunidade no período de 2020 a setembro de 2023, conforme registrado no processo SEI nº 23115.026429/2023-30. O referido documento foi construído a partir de direcionamentos da Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Transparência - PPGT, tendo em vista a necessidade de apresentação de resultados alcançados durante a gestão 2019-2023 da UFMA.

Além da relação das ações realizadas, foi apresentada a tabulação e análise dos dados, trazendo um breve histórico da unidade com seus gestores e equipe, os principais pontos fortes desta que atuaram como facilitadores para a realização das ações e que marcam a capacidade de resiliência da mesma frente aos desafios. Apresentou-se, ainda, as contribuições de sugestões e as perspectivas para o futuro da atuação da DGI.

Por fim, este relatório visa transmitir um panorama geral da atuação da DGI entre os anos de 2020 a setembro de 2023, buscando demonstrar como a gestão da integridade tem evoluído nos últimos 4 anos, que marcaram o início desse tema na UFMA.

QUANTITATIVO DE AÇÕES REALIZADAS DISTRIBUÍDAS POR ANO

TIPO DE AÇÃO	2020	2021	2022	até set./2023
Elaborações de Normativos	-	4	3	4
Colaborações em Normativos	-	1	6	2
Monitoramentos Específicos	-	-	1	7
Recomendações Emitidas	-	-	3	3
Proposições Realizadas	-	-	-	9
Campanhas e Divulgações	-	1	5	8
Prestações de Informação	1	9	8	14
Participações em Eventos	4	7	20	14
Cursos de Capacitação	1	2	11	3
Outras Ações	2	3	5	-
TOTAIS	8	27	62	64

RELATÓRIO DE AÇÕES DA DGI DE 2020 A SET/2023

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS:

- Impacto da pandemia de Covid-19.
- Necessidade de capacitação e treinamento da equipe para lidar com as demandas de integridade pública na Universidade.
- A equipe da DGI não possuía dedicação exclusiva para o trato das competências de gestão da integridade no início dessa trajetória.
- A equipe não possui o dimensionamento da força de trabalho suficiente, situação essa que motivou pedidos de recomposição da equipe.

PRINCIPAIS PONTOS FORTES:

- Participação em um número expressivo de eventos na área de integridade pública para cognição das diretrizes a serem implementadas, realização de diversas capacitações para melhor instruir e conduzir as demandas de trabalho.
- Apesar da pequena equipe, a DGI possui servidores que demonstraram perfis atuantes, proativos e resilientes no tratamento das demandas. Contando com hard skills robustas e uma formação multidisciplinar.
- Além das formações e capacitações, a equipe possui soft skills adequados para atuar com integridade pública, a qual exige prepostos com postura proativa, diligente, autônoma, pragmática e com foco na prevenção de riscos para a integridade institucional.

ÚLTIMAS AÇÕES DA DGI



Processo SEI nº 23115.023010/2023-26 - Diagnóstico das estruturas de salvaguarda da integridade institucional e Recomendações de ações e medidas para melhoria da Gestão da Integridade na UFMA (art. 8º, VIII, do Decreto nº 11.529/2023).



Processo SEI nº 23115.021752/2023-17 - Divulgação de Curso Auditoria Interna na Perspectiva Governamental e a Ferramenta de Maturidade IA-CM.



Encaminhamento da 2ª edição do Plano de Integridade da UFMA para os órgão colegiados conforme o processo SEI nº 23115.024972/2023-01.



Divulgação do Integre-se, 5ª edição - setembro de 2023, da DEIP/SIP/CGU, com o tema "O que gera confiança nas Instituições Públicas?" Conforme o processo SEI nº 23115.026965/2023-35.



Processo SEI nº 23115.028171/2023-14 - Divulgação do lançamento do Manual Prático de Gestão de Riscos de Ilícitos Administrativos Disciplinares pela CGU.



1º DEBATE SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Foi realizado no dia 21 de setembro, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, o 1º Debate sobre Proteção de Dados, promovido pelo Ministério Público do Maranhão, em parceria com a seccional maranhense da OAB e o Colégio dos Encarregados pelo Tratamento de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro (Cedamp).

Organizado pelo Escritório de Proteção de Dados do MPMA, com o apoio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), o evento, que teve como tema central os “Desafios atuais da sociedade digital: LGPD, inteligência artificial e cibersegurança”, contou com as participações de promotores e procuradores de justiça, servidores, advogados, estagiários, estudantes e público em geral. Membros e servidores do MP do Pará também participaram do evento.

Na abertura do debate, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, agradeceu a presença de todos os participantes, em especial dos palestrantes pela disponibilidade na troca de experiências e de conhecimento, e ressaltou a importância e a atualidade da discussão, pelas suas implicações. “De um lado, no campo do direito à informação, em conformidade com o princípio da transparência, e, de outro, na segurança dos dados pessoais dos cidadãos, sendo particularmente sensível para o Ministério Público, instituição incumbida de assegurar os direitos fundamentais previstos na Carta Magna e de promover privativamente a ação penal pública”.

O presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva, reforçou a necessidade do debate em decorrência do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que já sofreu modificações com a LGPD (Lei 13.709/2018). “Cada vez mais ficamos vulneráveis a fornecer dados pessoais sensíveis na internet e precisamos (os operadores de direitos, principalmente) nos atualizar para que esses instrumentos legais não virem letra morta e nossos direitos não sejam violados”.

O presidente do Cedamp, promotor de justiça Carlos Renato Teive (MPSC), ponderou que a temática, apesar de ainda relativamente nova no Brasil, em termos mundiais já é bastante desenvolvido, sobretudo na Europa. “Diante dos avanços tecnológicos, já tivemos até a inclusão da proteção de dados pessoais como um dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal”, destacou. Em 2022, a Emenda Constitucional 115, aprovada pelo Congresso Nacional, alterou a Constituição para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e fixou a competência privativa da União para legislar sobre a questão.

Ao abordar as possibilidades de uso da inteligência artificial no sistema de justiça, o conselheiro do CNMP Rodrigo Badaró propôs ao público a reflexão sobre as potencialidades da máquina em comparação com o ser humano. “O ser humano é uma máquina perfeita. A máquina só cria com base em todo conhecimento já produzido pela inteligência humana”.

O segundo painel do 1º Debate sobre Proteção de Dados do Ministério Público teve como tema “A importância da segurança de dados pessoais”. A mesa foi mediada pela advogada e presidente da Comissão de Direito Digital da OAB-MA, Edmee Froz, e teve como palestrantes a procuradora do Município de Porto Alegre Daniela Copetti Cravo e o presidente do Colégio de Encarregados de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro (Cedamp), Carlos Renato Teive.

Ao apresentar os palestrantes, Edmee Froz afirmou ser um prazer ver a LGPD sendo discutida em uma interseção entre o Ministério Público, OAB e Tribunal de Justiça. Para a advogada, a transparência de dados garante mais segurança para a sociedade e é necessário que se leve para a sociedade conhecimentos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados.



EVENTO “ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO”

Nesta segunda-feira (6/11), o Departamento de Farmácia (Defar), em parceria com a Diretoria de Gestão, Modernização e Transparência (DGMT) e Divisão de Gestão da Integridade (DGI), promoveram o evento “Orientações para prevenção e combate ao assédio moral e sexual e à discriminação”. O evento foi realizado no Auditório Sérgio Ferretti - CEB Velho, no Câmpus de São Luís da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O encontro foi pensado com base no interesse de discentes e docentes do curso em levarem debates acerca dos temas, como forma de informar e prevenir situações de assédio e discriminação dentro da Universidade. Tal proposta vai ao encontro dos objetivos institucionais que visam garantir a cultura de integridade pública e a conscientização do público em geral.



A programação contou com a participação do chefe da UGI da UFMA (DGI), Paulo Henrique Silva de Abreu, da ouvidora chefe da Ouvidoria da UFMA, Maria da Conceição Pereira de Sousa, do diretor da DGMT, Eldon Kern Neta Pacheco, e também das servidoras Laiza Abreu Prazeres e Caroline Cutrim Bezerra, integrantes da equipe da DGI.

De acordo com Paulo Abreu (DGI), eventos desse gênero são estratégicos para a gestão da integridade da instituição. “São de extrema relevância para a prevenção e o combate ao assédio e à discriminação nas suas mais distintas formas de manifestação. À medida que mais eventos como esse forem levados à comunidade acadêmica, mais informada e orientada nossa comunidade estará e, portanto, menos suscetível à situação de subnotificação de casos dessas naturezas, inibindo e reprimindo a atuação de agressores, tornando o ambiente da UFMA mais salutar e protegido”, afirma.



Paulo Abreu também deixa um recado final de incentivo: “A informação é a primeira linha de defesa pessoal contra esses tipos de violência. Não permita e não deixe permitir situações como essas”, finalizou.

Para conferir a matéria completa sobre o evento no portal da UFMA, clique [aqui](#).